



ISSN 2304-0963
doi: 10.25267/Costas



Vol. 4 (2): 77-94. 2022

Artigo Científico/ Artículo Científico / Scientific Article

Respeito, H.L. 2022. The Influence of Community Education in the Dynamics of Urban Occupation for the Mozambique Coast/Coastal Area. Revista Costas, 4(2): 77-94. <https://doi.org/10.25267/Costas.2023.v4.i2.0404>

A influência da Educação Comunitária na Dinâmica de Ocupação Urbana para a Costa/Área Litoral Moçambicana

The Influence of Community Education in the Dynamics of Urban Occupation for the Mozambique Coast/Coastal Area

Horácio Luís Respeito

e-mail: horaciorespeito32@gmail.com

Universidade Eduardo Mondlane (UEM) - Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras (ESCMC) - Moçambique

Keywords: Education; Land use Planning; Coastal Biodiversity Management.

Abstract

The Community education is the primary basis for a country's socio-political and economic development. For this reason, the present study aimed to analyze the influence of community education on the dynamics of urban occupation for the coast/coastal area of the city of Quelimane in Mozambique. Specifically, it was proposed to identify the influence of human education on the dynamics of urban occupation for the coast; present the causes of urban occupation dynamics and, finally, reflectively analyze the implications of urban occupation dynamics. As this is qualitative research, it involved 355 participants. For data collection, an interview survey was used. After sorting and discussing the data, it was concluded that community education is of paramount importance because it greatly influences the management and preservation of the environment, respecting the most sensitive and risky areas for

Submitted: May 2022

Accepted: November 2022

Associate Editor: Eleonora Veron

public health and resources constant natural. However, the problems of the urban occupation dynamics for the coast of the city of Quelimane arise, mainly due to the weak management of Organs competent bodies in the intervention/interaction of the burning problems for the monitoring and evaluation of the risk areas. Faced with this, impacts and dilemmas arise such as pollution of the coastal and marine environment, lack of sanitation and the emergence of diseases, loss of homes because the occupied area is low, marshy and susceptible to tide, and also, due to devastation of mangrove forest causes shoreline degradation.

Resumo

A educação comunitária é a base primordial para o desenvolvimento sociopolítico e econômico de um país. Por esse motivo, o presente estudo teve como objectivo geral analisar a influência da educação comunitária na dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral da cidade de Quelimane em Moçambique. De forma específica, propôs-se identificar a influência da educação humana na dinâmica de ocupação urbana para a costa; apresentar as causas da dinâmica de ocupação urbana e, finalmente, analisar de forma reflexiva as implicações da dinâmica de ocupação urbana. Tratando-se de uma investigação com abordagem qualitativa, esta envolveu 355 participantes. Para a colecta de dados usou-se um inquérito por entrevista. Após a triagem e discussão dos dados, concluiu-se que a educação comunitária é de suma importância porque influência bastante na gestão e preservação do meio ambiente, respeitando, as áreas mais sensíveis e consideradas de risco, para a saúde pública e para recursos naturais constantes. Entretanto, os problemas da dinâmica de ocupação urbana para a costa da cidade de Quelimane decorrem, principalmente pela frágil gestão dos órgãos competentes na intervenção/interação dos problemas candentes para a monitoria e avaliação das áreas de risco. Face a isso, sucedem impactos e dilemas como a poluição do ambiente costeiro e marinho, a falta de saneamento e o surgimento de doenças, a perda de moradias porque a área ocupada é baixa, pantanosa e susceptível a maré, e também, devido a devastação da floresta de mangal causa a degradação da linha da costa.

Palavras-chave: Educação; Ordenamento Territorial; Gestão da Biodiversidade Costeira.

1. Nota introdutória

Nos últimos anos tem-se intensificado o processo de expansão urbana de forma geralmente não planejada que somada ao crescimento económico, constitui um dos principais meios de alteração da paisagem costeira” (Vale, *et al.*, 2019). Estudos desenvolvidos pelo Ministério de Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) em 2020, indicou que “a cidade de Quelimane encontra-se a abaixo do nível médio das águas do mar e, é constituída maioritariamente por áreas pantanosas e propensas as inundações”. Assim, por falta de instrumentos de ordenamento territorial adequado, “a ocupação da zona urbana na cidade de Quelimane decorre de forma desordenada e cria conflitos de terra, devido a crescente invasão por população à área do Mangal para construção de habitações e pastorícia que agrava os processos de erosão hídrica

e cria a vulnerabilidade aos efeitos dos ventos e ondas de marés fortes” (MAEFP, 2020: p. 56). Por estes moldes, considera-se importante a educação comunitária como um instrumento básico para o fornecimento de conhecimentos que influenciam bastante na gestão/administração, conservação e preservação do meio ambiente.

Historicamente, com o aumento da população Moçambicana, após a independência nacional, “uma série de factores conjunturais surgiram, portanto, as cidades moçambicanas viram muito aumentada a sua população sem que isso tivesse sido acompanhado pelo correspondente crescimento de infraestruturas e serviços urbanos” (Araújo, 2003). Por outro lado, o aumento da expansão urbana aliada ao crescimento populacional trouxe em seu próprio processo cons-

titutivo, riscos e perigos que se expressam pela falta de ajuste e aderência da produção, do espaço urbano aos sistemas naturais (Marandola Jr *et al.*, 2013). Por isso mesmo, o processo de expansão urbana, se agrava quando o próprio lugar ocupado é naturalmente frágil, ao exemplo das áreas costeiras (Vale, *et al.*, 2019). Daí que a responsabilidade dos Municípios em coordenação com os líderes comunitários, seria criar Centros Comunitários/Comitês, com ajuda do governo e até Organizações não Governamentais (ONG's) para a difusão de informações pedagógicas em matéria de assentamento urbano para a melhor gestão dos recursos naturais e /ou preservação da biodiversidade costeira e Marinha existente. De acordo com Ministério de Educação e Cultura/ Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação (MEC/ INDE) de 2007, “a educação é um direito básico, um instrumento fundamental para o desenvolvimento do capital humano, processo dinâmico através do qual a sociedade prepara as novas gerações para dar continuidade ao processo de desenvolvimento”.

2. A Implicação da Dinâmica de Ocupação desregulada na Zona Urbana

De acordo com Vale *et al.* (2019), o processo de urbanização é complexo e contraditório pois dentro desse processo de dualidade urbana, os aglomerados urbanos que surgiram do processo de expansão urbana sem planeamento são os mais penalizados pela falta de investimentos públicos e privados. Por esse motivo, a urbanização associa-se sempre a um processo dinâmico e complexo de concentração de população num determinado espaço a partir do seu “situ” original (Araújo, 2003: p. 167). No entanto, percebe-se que o processo de ocupação descontrolada na zona urbana é uma forma em que a população explora uma determinada área ou lugar sem autorização dos

Este estudo é de extrema importância pois de forma específica pretende identificar a influência da educação comunitária na dinâmica de ocupação urbana na costa/área litoral; apresentar as causas da dinâmica de ocupação urbana e, analisar de forma reflexiva as implicações da dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral da cidade de Quelimane – Moçambique. Para responder aos objetivos (geral e específicos) traçados, apresentam-se as seguintes questões norteadoras: Como a educação comunitária influencia na dinâmica de ocupação urbana na costa/área litoral? Quais são as causas e, implicações da dinâmica de ocupação urbana para costa/área litoral da cidade de Quelimane - Moçambique?

Acredita-se que com os resultados adquiridos, estes irão contribuir bastante, tanto a comunidade académica, como aos munícipes e aos demais intervenientes do meio ambiente/ Gestão e Ordenamento Territorial, por obterem conhecimentos/informações acerca da dinâmica de ocupação urbana para a costa, para a tomada de decisão e melhor gestão dos recursos naturais Costeiros e Marinhos constantes.

órgãos competentes e sem cumprir e obedecer determinadas normas da lei vigente.

De forma geral, as cidades moçambicanas confrontam-se com o paradigma de desenvolvimento urbano decorrente da ocupação espontânea e informal nas zonas periféricas onde a degradação do meio avança mais rapidamente (Araújo, 2003). Desta forma, a dinâmica de ocupação e concentração do capital humano nas cidades, provoca aglomeração de pessoas que demandam cada vez mais espaço (Evaristo & João, 2017). Portanto, a demanda de espaços nas cidades moçambicanas ocorre por populações economicamente débeis, segundo o Conselho Nacional de

Meio Ambiente (CNMA) de 1994, são essas populações quem sofre mais das consequências dos problemas ambientais urbanos e esquecem que muitas vezes elas próprias são quem provocam estes mesmos problemas. Com este estudo indicou também que mais de 90% da população urbana em Moçambique vive nos subúrbios, isto é, fora da área urbanizada (“zona de cimento”) e, é carente de serviços e infraestruturas básicas, portanto, a cobertura dos serviços urbanos e sanitários diminuiu nas cidades à medida que o número de pessoas cresceu, e por isso mesmo hoje, as condições sanitárias, habitacionais e de vida em geral, são péssimas nas zonas urbanas.

De acordo com Silveira (2021, p. 243), a expressão de desenvolvimento urbano, para o senso comum, designa muitas vezes, o entendimento de que o mesmo se refere ao crescimento urbano ou à expansão material, tanto horizontal quanto vertical no espaço geográfico da cidade. Pensar no desenvolvimento urbano na contemporaneidade, conforme a autora, requer igualmente pensá-lo e implementá-lo numa perspectiva sustentável, ou seja, cabe também destacar que o desenvolvimento urbano deve buscar alcançar o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais que estruturam e dinamizam o espaço intraurbano da cidade e deve ser concebido e implementado de forma integrada e articulada com o desenvolvimento regional, valorizando as inter-relações e as interações territoriais existentes entre a cidade e sua zona rural imediata, bem como entre ela e as demais cidades e áreas rurais com as quais se articula no território regional.

Segundo Evaristo & João (2017), com o crescimento na demanda por espaços na cidade de Quelimane-Moçambique, este incentiva a acelerada expansão urbana, sem uma relação direta entre a demanda e a rapidez com que as novas áreas são urbanizadas, nem com o grau em que ocorre a ocupação efetiva dessas terras. Para Ribeiro (2019), o processo de urbanização

intensificou-se com a revolução industrial, sobretudo nos países chamados hoje de desenvolvidos. No caso de Moçambique este processo, ocorreu primeiramente ao longo do litoral para o interior, onde persiste até hoje. As grandes transformações ocorridas nas cidades industriais em termos de implantação de infraestruturas residenciais (Ribeiro, 2019), foram homogêneas em todas cidades do mundo e, isso reflete-se até aos dias de hoje. Ainda com o pensamento deste autor, a acumulação e posteriormente a ocupação das zonas urbanas tem a ver com os processos de desenvolvimento industrial, onde as pessoas residentes outrora nas zonas rurais migraram para as cidades com a finalidade de encontrar emprego e fazer negócios para o seu autossustento, estes não tendo lugar para seu abrigo, exploravam/exploram a zona costeira/litoral construindo suas habitações. Para Araújo (2003), a exploração das zonas sensíveis costeiras é forçada pela migração das populações com o propósito de estar ao par das oportunidades, e por isso, uma série de actividades que impactam diretamente os espaços costeiros são realizados. Portanto, fica-se ciente de que a migração provoca o desequilíbrio tanto da saída como na hospedagem.

Apesar das migrações provocarem desequilíbrios, “modificam os lugares de partida e de chegada, levando à procura de novas relações e novos equilíbrios que dimensionados de forma adequada dão origem a um maior desenvolvimento socioeconômico” (Araújo, 2003).

Ademais, a valorização de determinados espaços urbanos, seja pela iniciativa pública ou privada, sua vigilância e a quantidade de serviços que oferecem atrelados a sua valorização econômica, possibilita a segregação espacial e o surgimento de periferias desestruturadas, com problemas socio ambientais que se repetem (Santos *et al.*, s/d: p. 75). Fica claro também que, “a intensificação do processo de expansão urbana, de forma, geralmente, não planejada, deve-se ao

crescimento econômico que nos últimos anos constituiu-se como um dos principais meios de alteração da paisagem costeira” (Vale *et al.*, 2019: p. 1).

De acordo com Evaristo & João (2017), os desafios que a cidade de Quelimane (Moçambique) enfrenta no funcionamento do sector e prestação de serviços de urbanização resultam da falta de instrumentos de ordenamento territorial que orientariam o desenvolvimento desta cidade e, uma base cadastral para atribuição de parcelas de terras. Nota-se que os bairros com ocupação espontânea não obedecem a nenhum critério de ordenamento, geralmente, foram ocupados por pessoas pobres, com emprego precário e outras que vivem de biscate ou comércio informal (Ribeiro, 2019: p. 6).

De forma sumaria, a dinâmica de urbanização nas cidades Moçambicanas tem um propósito único e se não vários, de ocupação do meio para a construção de habitação e para a prática de actividades de sobrevivência dessa camada que maioritariamente é pobre.

Por isso, concorda-se com Ribeiro (2019), quando o mesmo afirma que, a rápida urbanização em Moçambique trouxe consigo graves problemas urbanos que acabam por deixar os seus habitantes em situações de vulnerabilidade, por não estar acompanhada pela implantação de infraestruturas adequadas. Este autor afirma ainda que, não se pode esquecer que Moçambique passou por várias situações de vulnerabilidade como por exemplo, a instabilidade de várias guerras tanto coloniais como civis. Essas guerras causaram em algum momento as migrações de pessoas de zonas rurais para as cidades. De acordo com Araújo (2003), os principais espaços urbanos de Moçambique são o resultado de um complexo processo de origem alógena (de outra raça/povo), que se implantaram em território estranho, reproduzindo formas de organização espacial estranhas ao ambiente local.

O desenvolvimento socioeconómico provocado pela migração cria vários problemas ao meio ambien-

te e aos recursos naturais marinhos e costeiro e ainda, dificulta em diversos momentos a sua gestão, criando riscos de extinção da biodiversidade. Para Marandola Jr, *et al.* (2013), os riscos e desastres que têm aumentado e tem-se tornado cada vez mais presentes nas cidades devem-se á grandes dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento ligado à urbanização, ao crescimento e a expansão urbana que por si só, trazem, em seu próprio processo integrante, riscos e perigos que se expressam pela falta de ajuste e aderência da produção do espaço urbano aos sistemas naturais, desde o local de origem até aos ritmos regionais.

Problemas relacionados a Educação comunitária para Gestão do Meio Ambiente

De forma geral, de acordo com Gadotti (2012: p. 13), a educação é um fenómeno complexo, composto por um grande número de correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas. Para este autor, toda educação é política, como ele refereceu Paulo Freire, e implica princípios e valores que configuram uma certa visão do mundo e de sociedade. Nesta vertente, percebe-se que a educação comunitária é uma expressão da educação popular, mediante a qual se busca melhorar a qualidade de vida dos sectores excluídos, através dos movimentos populares, organizados em grupos de base que faz o fortalecimento de laços de solidariedade entre populações/comunidades empobrecidas ou discriminadas (Gadotti, 2012: p. 13).

São esses movimentos populares referenciados pelo Gadotti que são importantíssimos para o desenvolvimento de uma sociedade, pois fazem deles, uma força comum para a discussão dos problemas pontuais da urbe. Portanto, uma comunidade/sociedade sem conhecimentos básicos de vida é igual a aquela que está oprimida, pois não detém informações em equipes internas que facilitam e ajudam na resolução dos seus problemas. Concorde-se com Jannuzzi (2021: p. 84), ao afirmar que em geral, conhecimento sobre os pro-

blemas e as dificuldades mais prementes que afectam os programas públicos, precisam de apoio técnico de consultores especializados e pesquisas de campo para entender suas causas e estratégias de resolução.

Neste caso, o apoio técnico de consultores pode ser de equipes mistas, pois, “garantem a sinergia entre conhecimento interno de gestão e especialidade técnica externa, gerando produtos com maior potencialidade de apropriação, não apenas pela adequação às demandas mais relevantes como também, pela legitimidade conferida pelo envolvimento inicial dos agentes internos ao programa, ao nível de interação participativa do público-alvo no processo de colecta e sistematização de informação” (Jannuzzi (2021:p. 84). Daí a necessidade de educação comunitária como um bem comum/algo da coletividade. Segundo Tenório (2021: p, 92), um bem comum/algo da coletividade é tudo aquilo cuja posse e usufruto seja conveniente à sua implementação e/ou manutenção, é um bem indivisível, é uma propriedade que pode ser desfrutada, gozada por todos e distingue-se do bem individual. Igualmente, os bens comuns significam aquilo que pertence à comunidade, ou seja, um haver comunitário uma vez que pertence a duas ou mais pessoas, como por exemplo, os equipamentos urbanos e/ou rurais, escolas, hospitais, postos de saúde, vias de transporte, etc., que são perspectivados como bens que pertencem a sociedade, ao coletivo e, como tais, não pertencem a determinados ou específicos actores sociais.

No ponto de vista de Gadotti (2012), com a educação as pessoas concebem o Estado e a Sociedade como uma arena na qual é preciso marcar posição, garantir conquistas e conquistar novos direitos, trabalhando com as contradições e limites existentes tanto no Estado quanto fora dele. Portanto, é essa diversidade que configura a grande riqueza da educação popular, social e comunitária. Gadotti, (2012), procura situar a partir de uma perspectiva utópica da educação, como ideal a ser perseguido, ele, crê que o

verdadeiro realismo do educador popular, social e comunitário é a utopia, porque esse educador educa em função de um sonho na busca de um mundo justo, produtivo e sustentável para todos e todas. Por isso mesmo, ele (Gadotti, (2012), coloca uma questão de reflexão muito importante sobre “o que tem em comum a prática dos educadores populares, sociais e comunitários que lutam hoje contra a precarização do seu trabalho e a favor do reconhecimento de sua função na sociedade?” Portanto, em função desta questão por exemplo, tem em comum uma longa história e muitos aprendizados de experiência feitos na luta pelo direito à educação, por moradia, por trabalho decente, por saúde pública, por segurança alimentar e, entre outros (Gadotti, 2012).

Entretanto, a saúde pública referenciada pelo Gadotti em seu discurso é indispensável para toda sociedade e, está envolta de muitos factores socioambientais. Portanto, os problemas socioambientais verificados actualmente, podem ser resolvidos em função da educação ambiental por ser um factor primordial, para a gestão correcta do meio ambiente como um bem público. De acordo com Bassan (2021: p. 315), a Educação ambiental em si próprio pressupõe desenvolvimento do indivíduo a fim de desempenhar funções nos contextos sociais, económicos, políticos e culturais em uma sociedade. Neste contexto pode se considerar que, a parte técnica da educação ambiental “está voltada a um projeto pedagógico contínuo que tem por objetivo dar o conhecimento prático associado ao meio ambiente a partir de uma formação moral e política por meio de alguns princípios, crenças e valores, com o objectivo de contribuir para uma mudança de valores e atitudes conscientes e ecologicamente responsáveis” (Bassan, 2021).

Na perspectiva de Fernandes e Uhde (2021), o ambiente de um organismo consiste num conjunto de influências externas, representadas por factores e fenómenos de natureza física e química (abióticos)

ou de outros organismos (bióticos). Onde os factores abióticos compreendem todos os elementos do meio físico, solo, regime hídrico, radiação solar, temperatura, enquanto que os bióticos referem-se a um complexo conjunto de relações que compreende as positivas interações, como as simbioses até as negativas como as competições extremas (Fernandes & Uhde, 2021: p. 279). Por isso então, as relações existentes entre o homem e o meio ambiente são muito fortes, pois estas, dependem de forma direta ou indiretamente de vários recursos da natureza.

O estudo feito por CNMA (1994), afirma que o principal problema das áreas rurais de Moçambique é a pobreza extrema, que esta não só causa o sofrimento humano, mas também, a degradação do meio ambiente por este explorar os recursos naturais de forma inadequada para a sua sobrevivência. Conforme diz Mandamule (2016), as zonas rurais de Moçambique são áreas em que vivem aproximadamente 75% da população e, estas possuem as actividades agrárias como principal fontes de rendimento e a terra como recurso mais importante, portanto para o autor esses são elementos fundamentais para a estabilidade social e para a soberania do país. Entretanto, de forma geral, o maior problema ambiental nas zonas urbanas de Moçambique, é a degradação dos sistemas de saneamento e a baixa qualidade da água potável

(CNMA,1994). Entretanto, para esse fenómeno de degradação dos sistemas de saneamento do meio associa-se a “deficiente deposição e tratamento de resíduos sólidos domésticos, hospitalares e industriais, a proliferação dos mercados informais, a erosão dos solos (deficiência dos sistemas de drenagem associados à elevada densidade populacional) e os assentamentos populacionais em locais impróprios” (CNMA,1994). Outrossim, a dinâmica de ocupação urbana provoca ameaças para a população /sociedade, pois os sistemas de esgotos de todas as cidades costeiras de Moçambique desaguam no mar, sem tratamento prévio adequado, e ao mesmo tempo, compartilham o espaço com o tráfico de petróleo que representa um perigo potencial adicional de poluição por hidrocarbonetos e seus derivados na faixa costeira/marinha, o que reduz o acesso a serviços básicos e dos recursos naturais.

A seguir, apresentam-se alguns efeitos colaterais provocados pelas actividades humanas em Moçambique (tabela 1).

Para colmatar os efeitos colaterais anunciados no (tabela 1), é sempre necessário que a comunidade esteja ciente do perigo ou tenha conhecimentos/capacidade de gestão do meio onde vive e depende. Portanto, acredita-se que a educação humana/comunitária é, e sempre será, importante para o desenvolvimento da comunidade na resolução dos problemas sociais.

Tabela 1. Efeitos colaterais provocados pela actividade humana.
Table 1. Side effects caused by human activity.

01	A perda do habitat das famílias e da sua principal fonte de subsistência (a terra);
02	O reduzido acesso a serviços básicos (água, saúde, educação, eletricidade e outros);
03	A degradação das condições de vida e maior dependência pelo trabalho assalariado;
04	A redução da fertilidade/qualidade dos solos nas novas áreas;
05	Mudanças na dinâmica de produção (menores áreas cultivadas, menor produtividade);
06	Conflitos, desigualdades sociais e disputas entre “estabelecidos e outsiders”;
07	Não-identificação com os locais de reassentamento, choques culturais e mudanças no estilo de vida das comunidades.

Fonte: Adaptado do texto de Mandamule (2016).

A identificação de áreas frágeis, de acordo com Vale, *et al.*, (2019), é fundamental para subsidiar o planeamento territorial e ambiental, pois permitem o desenvolvimento de políticas e regulamentações para adequação das áreas mais apropriadas à ocupação e de que necessitam territorialmente e ambientalmente serem protegidas nos ambientes costeiros como por exemplo praias, dunas e mangais.

Ameaças da zona costeira e marítima em Moçambique

A Zona costeira é um ambiente sensível e apresenta em sua configuração diversos ecossistemas que se alteram entre mangais, praias, dunas e estuários, além de outros ambientes, resultado da interação de processos naturais, relacionados com a escala temporal e sobre efeitos da acção antrópica (Vale *et al.*, 2019). De acordo com Dias *et al.* (2007), a intensificação do crescimento populacional junto ao litoral, a ampliação e diversificação das áreas industriais, os impactos induzidos por múltiplas actividades antrópicas nas bacias hidrográficas, as intervenções de defesa costeira, o grande crescimento do turismo, a modificação climática em curso e a elevação do nível médio do mar (entre vários outros factores que pressionam

as zonas costeiras), converteram a faixa litoral numa zona de grande complexidade cujo o estabelecimento de uma gestão conjunta é muito difícil.

Em Moçambique, por razões de segurança alimentar, maiores número de agregados populacionais encontram-se na faixa costeira. Segundo os dados do CNMA (1994), estima-se que cerca de 2/3 da população total do país depende de recursos marinhos e costeiros. Igualmente, este autor afirma ainda que, os maiores bairros urbanos encontram-se, localizados na costa moçambicana, o que faz dela um palco de realização de diversas actividades económicas para o seu sustento, ou seja, o superpovoamento informal de terrenos em áreas sensíveis, criou uma exploração não controlada de mangais e outros recursos florestais e conduziu ao aumento de problemas de erosão, extinção de espécies raras, entre outros.

Nesse desiderato, quando uma gestão do meio ambiente é considerada um processo difícil, significa que torna importante conhecer alguns elementos indispensáveis e suas fragilidades, principalmente nas zonas costeiras (tabela 2).

Certamente, a gestão costeira integrada é um instrumento importante para cada país, principalmente para as áreas costeiras frágeis. É do conhecimento de

Tabela 2. Elementos importantes das zonas costeiras e, suas fragilidades.
Table 2. Important elements of coastal zones and their weaknesses.

01	Integram ecossistemas únicos que, com frequência, não são recuperáveis à escala humana;
02	São intensamente dinâmicas e que a manutenção dessa dinâmica é fundamental para a preservação das suas potencialidades;
03	São intensivamente utilizadas pelo Homem em actividades muito variadas relacionadas com os transportes, os recursos alimentares, a indústria, a produção de energia para consumo humano, os recursos minerais (de onde ressalta, desde a Antiguidade, a produção de sal), e as actividades lúdicas e de lazer, entre várias outras;
04	São, em geral, zonas de risco, designadamente no que se refere à acção dos temporais, à ocorrência de tsunamis, à erosão costeira e à elevação do nível médio do mar;
05	São meios receptores de grandes massas de águas residuais não, ou impropriamente, tratadas;
06	São afectadas por frequentes derrames de hidrocarbonetos (e outras substâncias poluentes) acidentais ou provocados.

Fonte: Adaptado do texto de Dias *et al.* (2007).

muitos que a interação entre o homem, a zona costeira e o mar proporcionem uma grande vantagem de oportunidades económicas e sociais (Dias et al, 2007). As características geográficas de ocupação territorial devem ter uma posição estratégica privilegiada em termos de exploração sustentável dos recursos do mar, não só a pesca, o transporte, o lazer e a segurança, mas também, a exploração mineral” (Santos, 2007). Entretanto, para que a exploração dos recursos naturais seja sustentável é sempre indispensável a integração e envolvimento da comunidade na matéria de conservação e preservação dos recursos naturais. É claro que para o envolvimento da comunidade nesta matéria ela, deve ter consciência e conhecimentos básicos (primários) de valorização dos recursos naturais presente para si e a sua futura geração. Este conhecimento primário deve ser sempre alicerçado pelos órgãos de investigação científica e/ tecnológica, como pelas organizações não governamentais, com o propósito de promover e maximizar a consciencialização de uso racional dos recursos naturais presentes na natureza. Ademais, as ameaças representadas pelas mudanças climáticas e a perda da biodiversidade global nos ecossistemas marinhos e costeiros, ao nível internacional, “fazem com que a preocupação com a qualidade ambiental e a sustentabilidade dos recursos não-renováveis e renováveis marinhos e terrestres, passem a ocupar lugares de destaque na agenda de todos os setores da comunidade internacional” (Santos, 2007).

A dinâmica de ocupação urbana tem vários factores de interesse pessoal/público por criar vários problemas ambientais que danificam partes importantes da vida. Percebe-se que o interesse de ocupação não planificada e não regularizada na zona litoral tem a

ver com as imposições do momento e está aliada ao crescimento populacional.

De acordo com Hogue (2007), alguns problemas ambientais, suas causas e impactos na zona costeira e marinha de Moçambique devem-se as grandes concentrações populacionais e ao desenvolvimento de algumas actividades económicas ao longo da costa que originaram grandes pressões nos recursos associados. Este autor, descreve os problemas ambientais, suas causas e impactos na zona costeira e marinha moçambicana (tabela 3).

Olhando aos impactos ambientais descritos (tabela 3), se torna urgente a intervenção dos órgãos competentes do estado e as instituições para as áreas consideradas de risco, apresentarem estratégias relativas ao desenvolvimento e à exploração sustentável dos recursos naturais marinhos do país. Os vários impactos ambientais ora mencionados, são maioritariamente originadas nas zonas urbanas/cidades por apresentarem maior aglomeração de populações e indústrias. De acordo com MAEFP (2020: p. 43), as áreas não urbanas de Moçambique como é o caso da cidade de Quelimane foram ocupadas sem acções prévias de planeamento urbano, onde observa-se uma acelerada densificação em baixa altura, em locais carentes de ordenamento urbano e infraestruturas, num processo descontrolado que dificultará no futuro o melhoramento das condições básicas de vida dos seus ocupantes. Os desafios que os municípios moçambicanos enfrentam para o funcionamento do sector e prestação de serviços de urbanização (MAEFP, 2020), resultam da falta de instrumentos de ordenamento e gestão territorial que orientem o desenvolvimento da cidade considerando as interações do meio ambiente como a atribuição de parcelas de terras.

Tabela 3. Problemas ambientais, suas causas e impactos na zona costeira e marinha.
Table 3. Environmental problems, their causes and impacts in the coastal and marine zone.

Nr	Problemas	Causas	Impactos
01	Erosão costeira.	Fenómenos antropogênicos (destruição das dunas, abate do mangal, extracção de areia, turismo descontrolado), chuvas torrenciais, ventos fortes, acção das ondas e das correntes de marés.	Destruição de Infraestruturas sócio económicas (casas, vias de acesso, etc.) Destruição e perda de habitats; Desgaste e empobrecimento dos solos; Alteração da configuração da linha da costa .
02	Desflorestamento de florestas costeiras (com ênfase na floresta do mangal).	Procura de material para construção (estacas) e para combustível lenhoso (lenha e carvão); Fonte de subsistência Queimadas descontroladas (práticas inadequadas de agricultura e caça).	Destruição de habitats e redução da biodiversidade; Aceleração da erosão; Fraca produtividade ecológica; Baixo rendimento agrícola; Alteração do microclima.
03	Conservação do pescado.	Centro de pesca distantes dos mercados Falta de congeladores; Deficiências na distribuição da rede eléctrica.	Deterioração e redução do valor do pescado; Uso de redes de malha proibida.
04	Poluição marinha.	Água de esgotos, efluentes urbanos; Descarga de resíduos industriais; Uso de agroquímicos; Água de lastro; Acidente de navios; Dragagens; Fecalismo a céu aberto.	Contaminação das águas; Destruição dos ecossistemas; Redução de divisas (Turismo, Pescas, Transporte) Proliferação e disseminação de epidemias.
05	Energia.	Fraca distribuição da rede eléctrica; Custos elevados pelo consumo de energia eléctrica.	Uso excessivo de energia de biomassa dando origem a desflorestamento Fraca capacidade de conservação do pescado.

Fonte: Adaptado do texto de Hogueane (2007: p.79).

3. Metodologia

Enquadramento geográfico da área de estudo

O presente estudo foi realizado na cidade de Quelimane. Geograficamente, a cidade está localizada na Província da Zambézia em Moçambique, situando-se junto ao rio dos Bons Sinais, a cerca de 20 km do Oceano Indico. Limita-se a Noroeste com o distrito de Nicoadala, ao Sul com o distrito de Inhassunge e a Leste, com o oceano Índico. Tem Cinco (5) Postos administrativos e cinquenta e dois (52) Bairros (MAEFP, 2020). Foi elevada à categoria de Cidade em 21 de agosto de 1942. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) de 1997, 2007 e 2017, em 1997 a cidade de Quelimane tinha um total de 150 116 habitantes em 2007 registou 193 343 ha-

bitantes, já em 2017 o registo apontou cerca de 377 511 habitantes, sendo dos quais 182 149 são homens e 195 362 mulheres.

A Cidade está inserida numa zona com solos predominantemente argilosos com camada superficial mais leve, com uma fertilidade boa, favorável para a prática da agricultura e pecuária, nas baixas dos rios que atravessam e a delimitam a cidade, com o Rio Cua Cua (Bons Sinais) (MAEFP, 2020: p. 44). A baixo segue a (figura 1) de localização geográfica da cidade de Quelimane- Moçambique.

A colecta de dados foi feita em cinco (5), Bairros da cidade de Quelimane, nomeadamente Sangariveira, Coalane, Torrone, Icidua e Chuabo Dembe.

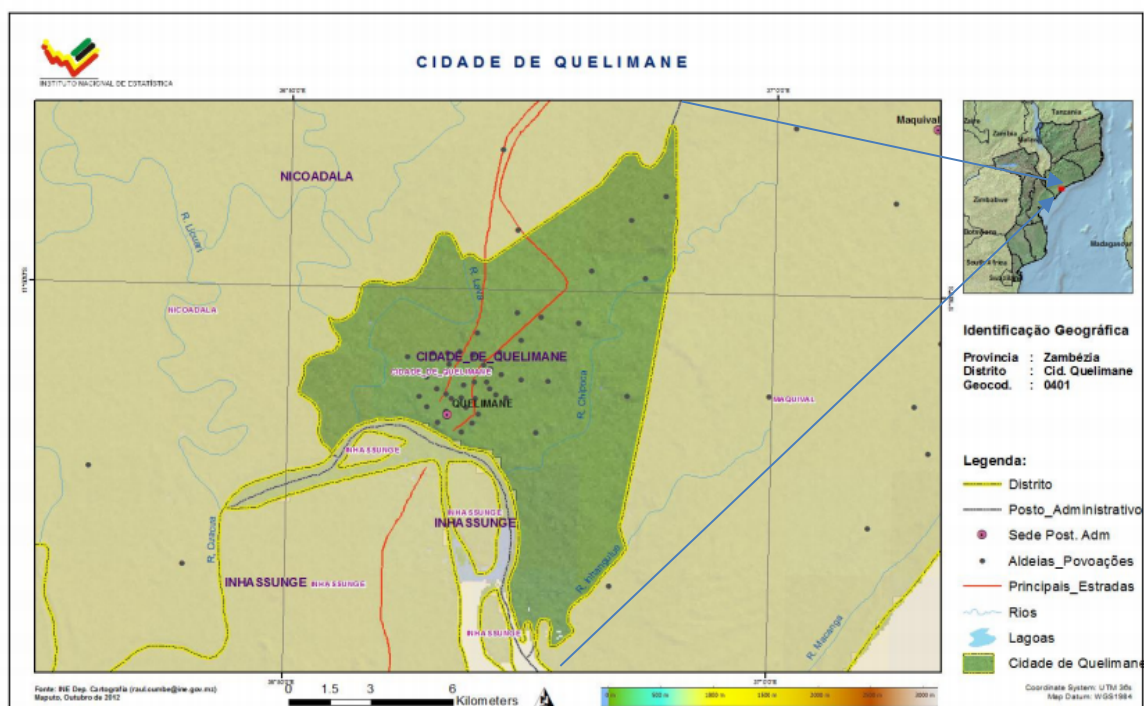


Figura 1. Localização Geográfica da cidade de Quelimane. Fonte: INE (2013).

Figure 1. Geographical location of the city of Quelimane. Source: INE (2013).

Participantes

A seleção dos participantes para este estudo não foi feita de forma uniforme, ou seja, dependeu da disponibilidade dos participantes (indivíduos) em cada área. De forma geral, fizeram parte da pesquisa 355 participantes, sendo dos quais 100 do Bairro Sangarivera, 40 do Bairro Coalane, 75 do Bairro Torone, 120 do Bairro Icidua e 20 do Bairro Chuabo Dembe. O proponente estava ciente de que o número dos participantes é demasiado grande para entrevistas semi-estruturadas, mas a sua maior expectativa era de abranger maior número dos moradores dos bairros em estudo, mesmo para aqueles que não sabem ler e escrever, portanto, precisava de maior número de depoimentos dados pelos moradores, mas de forma mais clara acerca da influência da educação comunitária na dinâmica de ocupação urbana para a costa/

área litoral da cidade de Quelimane em Moçambique.

Técnicas e instrumentos de colecta de dados

Tratando-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados foram organizados para atender as questões ligadas às práticas, percepções e atitudes das populações/moradores, face à ocupação urbana na costa/área litoral de forma desordenada. Este estudo não passou pelo comité de ética, porque não é obrigatório em Moçambique.

Para o trabalho tornar-se exequível foi necessário a colecta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas (Marconi & Lakatos, 2003). A escolha dessa técnica deveu-se pelo facto desta permitir que os en-

trevistados/inquiridos tivessem maior liberdade em apresentar os seus sentimentos sobre a realidade vivida, mas sem, no entanto, fugir do contexto tratado.

É importante realçar também que para facilitar a triagem dos dados foi necessário a codificação dos depoimentos em numeração árabe, para permitir a omissão dos nomes dos sujeitos envolvidos, e facilitar o agrupamento das partes unânimes das respostas colhidas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003) a codificação dos dados é um processo, um artifício, uma maneira, um modo ou uma forma originada pela criatividade humana, e facilita a identificação dos itens, materiais, objetos e entre outras coisas semelhantes com base na prévia classificação. Ocorre por conveniência, com o propósito de formar-se duas únicas dimensões-numérica e/ou alfabética. No (tabela 4), apresentam-se questões que permitiram a colecta de dados.

Para facilitar a análise e discussão, os dados colhidos foram organizados em tabela (4) Categorias, no-

meadamente: i) tempo de ocupação do espaço urbano; ii) influência da educação comunitária na gestão do meio ambiente; iii) causas da dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral e, iv) as implicações da dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral da cidade de Quelimane (Moçambique). De acordo com Bardin (1977), a categorização dos dados é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento de acordo a analogia. Portanto, durante o processamento dos dados desta pesquisa segundo as categorias anteriormente mencionadas, obedeceu-se ao critério de homogeneidade/uniformidade (Carlomagno & Rocha, 2016).

É importante realçar que para esta pesquisa, não houve a necessidade de criação de subcategorias porque as categorias foram criadas em conformidade aos objectivos e problema da pesquisa e o proponente teve o cuidado de analisar os depoimentos de cada participante atenciosamente e encaixa-los de acordo as unidades de referência.

Tabela 4. Questões dirigidas aos inquiridos.
Table 4. Questions addressed to respondents.

01	Caro Sr./a, há quanto tempo vive aqui e como conseguiu este lugar para construir e fazer suas actividades?
02	Sabe que construir casa/ fazer actividades aqui perto do rio é risco para a saúde pública e para os recursos da costa e do mar?
03	Caro Sr./a, na sua óptica, a Educação comunitária pode ajudar os munícipes na dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral de forma desordenada?
04	Como a educação humana influencia/influenciaria na dinâmica de ocupação urbana para a costa Moçambicana?
05	Quais são as causas da dinâmica de ocupação urbana para a costa?
06	Quais são as implicações da dinâmica de ocupação urbana para a costa?

Fonte: Organizado pelo autor.

4. Resultados e discussão

Para facilitar a análise e interpretação dos resultados foi necessário a organização dos dados nas categorias supramencionadas, como ilustrado a baixo. Como referenciou-se anteriormente, os dados colhidos antes, porém, foram codificados em números Árabes e, em seguida, retirados e agrupados os trechos comuns/unidades de referência de cada entrevistado.

Tempo de ocupação do espaço urbano e riscos associados as actividades

Nesta categoria os dados foram organizados no (tabela 5), a seguir.

Com os dados patentes (tabela 5), se torna evidente que o maior número de população ora inquirida, afirmam que vivem nos locais abrangidos pelo estudo a bastante tempo. E um número de 51 participantes afirmam que as vezes os moradores passam mal no local onde estão implantadas as casas porque algumas vezes ficam inundados por águas marés e das chuvas.

Apesar de 94 participantes (26%) terem afirmado que o local onde vivem não tem riscos, estes, tinham o medo de serem despejados e responderam assim para sua defesa e continuarem nesses locais. Este facto deve-se, por falta de espaço seguro e condigno para a construção de suas habitações. Segundo o [MAEFP \(2020\)](#), a construção de casas em locais de risco ocorre alguns casos com densidades mais altas,

não obstante o facto de as casas serem unifamiliares e de baixa altura na maior parte dos casos, portanto, isto sucede porque a construção é feita de forma não controlada e os talhões vão sendo ocupados por mais de uma família.

Influência da educação comunitária na dinâmica de ocupação urbana

Para esta parte, os dados colhidos organizaram-se no (tabela 6), de seguinte forma.

O (tabela 6), indica a influência da educação comunitária na dinâmica de ocupação urbana apara a costa/área litoral. Com este ponto, maior número dos inquiridos mostrou-se indecisos na questão e afirmou que para “a gestão do meio ambiente não tem a ver com a educação, até porque os menos escolarizados são os que valorizam mais as coisas”. Com esse pensamento faz-se perceber que os inquiridos têm a noção dos seus actos e a sua resposta é considerada de “auto defesa”, por um lado e, por outro lado, percebe-se que talvez os ocupantes com menor escolaridade e menos acesso a serviços de todos os tipos valorizem mais o local onde se estabeleceram. Mesmo assim, a educação Comunitária é de extrema importância para o homem na sociedade porque fornece conhecimentos básicos para o ser e estar e saber fazer, na medida em que juntos conservam e preser-

Tabela 5. Tempo de ocupação do espaço urbano e riscos associados as actividades.
Table 5. Time of occupation of urban space and risks associated with activities.

Entrevistados	Unidades de referência
51	Estou aqui há muito tempo. As vezes passamos muito mal com as marés e água das chuvas. Sei que há risco mas fazer o quê
87	Parece que faço mais de 10 anos.
94	Ocupei aqui, mais ou menos a 2 anos. Quanto aos riscos, eu acho que não tem.

Fonte: Dados da pesquisa.

vam o meio em que vivem, valorizando e respeitando as áreas mais sensíveis e consideradas de risco. Igualmente, concorda-se com Mec/Inde (2007) ao afirmar que a Educação é um direito básico, um instrumento fundamental para o desenvolvimento do capital humano, processo dinâmico, através do qual a sociedade prepara as novas gerações para dar continuidade ao processo de desenvolvimento do país. Segundo Gadotti (2012: p. 13), a educação comunitária é uma expressão da educação popular, mediante a qual se busca melhorar a qualidade de vida dos sectores excluídos, através dos movimentos populares, que estão organizados em grupos de base como, centros comunitários, comités e municípios e, entre outros, para o fortalecimento de laços de solidariedade entre popu-

lações/comunidades empobrecidas ou discriminadas. Tem-se o conhecimento de que a relação existente entre o homem e meio ambiente é muito forte por este, depender diretamente de vários recursos existente na natureza. Para as áreas periféricas da cidade de Quelimane maior número das populações têm a renda de sobrevivência baixa (pobreza) e por isso, dependem diretamente dos recursos naturais da costa e do mar, daí que a preservação do meio é inegável.

Causas da dinâmica de ocupação urbana para a costa

De forma sumaria, os depoimentos relativos as causas da dinâmica de ocupação urbana para a costa, organizaram-se no (Quadro 7), a baixo.

Tabela 6. Influência da educação comunitária na dinâmica de ocupação urbana.
Table 6. Influence of community education on the dynamics of urban occupation.

Entrevistados	Unidades de referência
51	A educação do homem na sociedade é um factor muito importante. A pessoa consegue ver a frente e saber ser. Acho que ajuda sim, na dinâmica de ocupação urbana porque saberá avaliar o perigo e contornar.
67	A educação é o pilar. Não tive essa oportunidade, mas sei que é, e ajuda muito.
134	Vai depender. Porque há quem foi bem educado e não sabe valorizar as coisas. Eu acho que, para ver que o lugar que vou ocupar é de risco não tem a ver com a educação. Até porque os menos escolarizados são os que valorizam mais as coisas.
103	Nem sei.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 7. Causas da dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral.
Table 7. Causes of urban occupation dynamics for the coast/coastal area.

Entrevistados	Unidades de referência
147	Oh! Meu amigo. Acha mesmo que gosto de viver aqui?
171	Não tenho espaço bom, aqui na cidade de Quelimane.
37	Ocupei aqui, por duas razões: primeiro, como tenho redes de pesquisa aqui facilita-me a gestão e, mas na verdade não tenho dinheiro suficiente para comprar um talhão bom aqui na cidade de Quelimane.

Fonte: Dados da pesquisa

No (tabela 7), aparecem informações categorizadas de acordo os depoimentos recebidos pelos participantes. Maior número dos participantes afirma que não tem espaço para a construção da sua habitação e realizar as suas actividades. Entende-se, que os inquiridos ocupam os espaços urbanos e da costa de forma intencional, com os conhecimentos dos riscos adversos. De acordo com Vale, *et al.* (2019), a intensificação do processo de expansão urbana, de forma, geralmente, não planejada, que somada ao crescimento económico, constitui-se como um dos principais meios de alteração da paisagem costeira”. Portanto, a zona costeira é um ambiente sensível e apresenta em sua configuração diversos ecossistemas que se alteram entre mangais, praias, dunas e estuários, além de outros ambientes, resultado da interação de processos naturais, relacionados com a escala temporal e sobre efeitos da acção antrópica (Vale *et al.*, 2019). Para MAEFP (2020), a cidade de Quelimane é susceptível as inundações devido a sua localização geográfica e condições topográficas (bastante plana, área pantanosa e abaixo do nível médio das águas do mar), acelerado pela destruição do mangal não só para a produção da madeira e lenha, mas também, para a construção de casas para habitação em alguns bairros da cidade. Mas também, este facto é devido a ausência de instrumentos de ordenamento territorial e a falta de espaços para novas atribuições, por culpa do Conselho Municipal, conforme MAEFP (2020), que

não está a efectuar a emissão de Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), emitindo apenas um tombo de terra. Mesmo com o conhecimento dos órgãos competentes de que a terra em Moçambique é propriedade do estado e não pode ser vendida, estes fazem através dos grupos de foco, esquecendo-se de que, a terra serve para todos moçambicanos, independentemente do seu estado físico, económico e social.

Implicações da dinâmica de ocupação urbana para a costa moçambicana

As informações sobre as implicações da dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral da cidade de Quelimane em Moçambique, foram inseridas/apresentadas (tabela 8) a baixo, para facilitar a análise e discussão.

Fazendo a leitura dos dados do (tabela 8), percebe-se que maior número dos inquiridos (175), afirmam que não sabem das implicações da dinâmica de ocupação urbana para a costa de Quelimane-Moçambique. Mesmo assim, cerca de 93 participantes afirmam que a dinâmica de ocupação urbana para a costa tem várias implicações, tendo começado pela “poluição do meio, falta de saneamento do meio e surgimento de doenças e até, a destruição das casas pelas inundações da maré e chuvas e para além de ventos”.

Tabela 8. Implicações da dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral. Table 8. Implications of urban occupation dynamics for the coast/coastal area.	
Entrevistados	Unidades de referência
147	Oh! Meu amigo. Acha mesmo que gosto de viver aqui?
171	Não tenho espaço bom, aqui na cidade de Quelimane.
37	Ocupei aqui, por duas razões: primeiro, como tenho redes de pesquisa aqui facilita-me a gestão e, mas na verdade não tenho dinheiro suficiente para comprar um talhão bom aqui na cidade de Quelimane.
Fonte: Dados da pesquisa	

Por isso, Santos *et al.* (s/d: p. 75), afirma que a valorização de determinados espaços urbanos, seja pela iniciativa pública como pela privada, sua vigilância e a quantidade de serviços que oferecem atrelados a sua valorização econômica, possibilitam a segregação espacial e o surgimento de periferias desestruturadas, com problemas socio ambientais que se repe-

tem. Igualmente, Vale *et al.* (2019: p. 1), realça que a intensificação do processo de expansão urbana, de forma, geralmente, não planejada, deve-se ao crescimento econômico em que nos últimos anos constituiu-se como um dos principais meios de alteração da paisagem costeira.

5. Nota conclusiva

O presente estudo pretendia analisar a influência da educação comunitária na dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral da cidade de Quelimane- Moçambique. Especificamente, a investigação pretendia identificar a influência da educação comunitária na dinâmica de ocupação urbana; apresentar as causas da dinâmica de ocupação urbana e, de forma reflexiva, analisar as implicações desta dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral da cidade de Quelimane. Foram apresentadas três questões norteadoras: Como a educação comunitária influencia na dinâmica de ocupação urbana? e, quais são as causas e, implicações da dinâmica de ocupação urbana na costa/área litoral da cidade de Quelimane - Moçambique? Face aos objectivos e as questões norteadoras colocadas, após a triagem e discussão dos dados colhidos por uma entrevista semiestruturada, chegou-se a conclusão de que, maior número dos munícipes da cidade de Quelimane não têm a educação pedagógica sobre o assentamento ou ocupação urbana, mesmo assim, a comunidade entrevistada têm a noção de que a educação comunitária é de suma importância, porque faz com que a pessoa consiga ver e, saber ser e estar. A comunidade acredita

também que a educação comunitária influencia na matéria de ocupação e gestão da zona urbana na costa/área litoral com zelo, evitando, perigos adversos. No entanto, a dinâmica de ocupação urbana para a costa/área litoral na cidade de Quelimane decorre de forma desajustada e irregular, provavelmente devido a frágil gestão dos órgãos competentes. Isso faz com que a comunidade ocupe áreas de risco para a construção de habitações, criação de estaleiros de venda e gestão de produtos pesqueiros sem devida autorização, construção de salinas, destruindo florestas de Mangais, venda de estacas de floresta de mangais, entre outras actividades de autossustento. Por causa disso, vários impactos ambientais surgem, como por exemplo, a poluição da zona costeira/litoral e marinha por resíduos domésticos (lixo), surgimento de doenças endémicas por falta de saneamento urbano adequado, a perda de moradias, por esse local ser baixo, pantanoso e susceptível a marés e ventos fortes. Ademais, a dinâmica de ocupação por ser feita na costa/área litoral ao logo do estuário dos Bons Sinais, vulgo Cua Cua, faz com que a linha da costa/área litoral da cidade de Quelimane regrida.

6. Referências

- Araújo, M. G. M. (2002). Os Espaços Urbanos em Moçambique. *GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo*, 14:165- 182.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bassan, D.S. (2021). Educação ambiental. In: *Dicionário de desenvolvimento Regional e temas Correlatos* (Org. Marcos Paulo Dhein Griebeler), 2ª Ed. rev. e ampl, Uruguiana, RS: editora Conceito.
- Carlomagno, Márcio C. & Rocha, Leonardo C. (2016). Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 7(1).
- Conselho Nacional de Meio Ambiente (CNMA). (1994). *Programa Nacional de Gestão Ambiental*. Maputo, Moçambique.
- Dias, J. A.; Polette, M.; Carmo, J. A. (2007). O Desafio da Gestão Costeira Integrada (*Prefácio*). *Revista de Gestão Costeira Integrada*. 7(1).
- Evaristo, K. K. G. João, C. M. L. (2017). Requalificação Urbana e Novas Centralidades na Cidade de Quelimane, Moçambique. *Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro*, 7(2): 199-212.
- Gadotti, M. (2012). Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional De Pedagogia Social: Domínio Epistemológico. Brasília* 18(1): 10-32.
- Hoguane, A. M. (2007). Perfil Diagnóstico da Zona Costeira de Moçambique. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 7(1): 69-82.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (1997). *II Recenseamento Geral da População e Habitação*, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2007). *Indicadores socio Demográficos Província da Zambézia*, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2013). *Estatísticas do Distrito de Cidade de Quelimane*, novembro, Moçambique.
- Instituto Nacional de Estatística - INE (2019). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017. Resultados definitivos Moçambique*, Maputo – abril.
- Fernandes, S. B. V & Uhde, L. T. (2021). *Ecologia*. In: *Dicionário de desenvolvimento Regional e temas Correlatos* (Org. Marcos Paulo Dhein Griebeler), 2ª Ed. rev. e ampl, Uruguiana, RS: editora Conceito.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Mandamule, U. (2016). Os conflitos sobre a ocupação da Terra em Moçambique. Maputo, 6 de outubro.
- Marandola Jr, E.; Marques, C.; Paula, L. T. de; Cassaneli, L. B. (2013). Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo. *R. Bras. Est. Pop., Rio de Janeiro*, 30(1): 35-56, jan./jun.
- Ministério e Cultura/Instituto Nacional e Desenvolvimento de Educação (MEC/INDE). (2007). *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) - Documento Orientador, Objectivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação*, Maputo, Moçambique.
- Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP). (2020). *Diagnóstico integrado de infraestruturas e serviços básicos para os municípios da província de Zambézia – Moçambique*.
- Ribeiro, E. T. N. (2019). *Processo de Urbanização em Moçambique – África*. Anais XVIII ENANPUR natal, 27 a 31 de maio. Código verificador: wDCX-Fv2oQFBQ verificar autenticidade em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>
- Santos, M. C. J. dos; Filho, J. D.; Mendonça, I. C. (s/d). *Dinâmica da ocupação urbana no bairro jardins e sua relação com tensores ambientais no manguezal do Tramandaí em aracaju. Geonordeste*, ano XXII, n.1.
- Santos, M. de M. (2007). “Sumário Executivo” In: *Mar e Ambientes Costeiros - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, Brasília - DF*.
- Vale, J. R. B.; Pimentel, M. A. da S.; Uacane, M. S. (2019). *Dinâmica da Expansão Urbana na Zona Costeira: Estudo de caso das cidades de Salinópolis (Para-Brasil) e Beira (Sofala- Moçambique)*. XIII ENANPEGE, A Geografia Brasileira na Ciência- Mundo: produção, Circulação, e apropriação do conhecimento, de 2 a 7 de setembro, São Paulo.

